

NOTA INFORMATIVA

Nº 05.2021 | 15 Jul 2021

FMI satisfeito com cumprimento, cauteloso com economia

País deverá voltar ao equilíbrio orçamental e externo este ano

A. DESCRIÇÃO

1| A 9 de Junho, Angola recebeu nova avaliação positiva do FMI, permitindo novo desembolso de USD 772 milhões. Resta apenas uma avaliação, que deverá ocorrer no último trimestre do ano, sendo ainda incerto, como assumido pelas próprias autoridades, se o país irá recorrer a um novo programa da instituição após o final deste.

2|O FMI continua a avaliar positivamente o desempenho das autoridades, ainda que haja algumas reformas estruturais atrasadas. Porém, a instituição está ainda um pouco cautelosa (talvez em demasia, no nosso julgamento) face ao crescimento que estas reformas possam vir a causar no curto-prazo.

B. ANÁLISE

1| De forma geral, a avaliação foi considerada satisfatória, tendo o FMI realçado que a implementação do programa tem sido adequada desde a avaliação anterior. Dos objetivos dos critérios de desempenho estipulados para finais de 2020, todos foram cumpridos, excepto o de empréstimos do BNA ao Tesouro cuja dispensa de não observância foi concedida durante a 4ª avaliação – trata-se de uma interpretação mais técnica, e não de um incumprimento material, já que o FMI considerou as compras de títulos às empresas (para apoio da economia) como um financiamento indirecto ao Tesouro; porém, considerou também que se tratava de um “incumprimento técnico” plenamente justificado. No que toca às metas indicativas, 4 foram cumpridas, não tendo sido cumprido o tecto do *stock* da dívida do Governo central e da Sonangol.

No caso das metas estruturais, a avaliação é ainda positiva, porém, registaram-se vários atrasos no cumprimento das medidas alinhadas com o FMI:

- Pagamento de todos os atrasados acumulados até 2018; data limite: final de Dezembro de 2020 – não cumprido, o Governo previa à altura da avaliação completar este processo até finais de Junho deste ano;
- Alocação de pelo menos 45% dos contratos públicos elegíveis através de concurso público; data limite: final de Dezembro de 2020 – cumprido, 54% dos contratos públicos foram alocados via concurso público;
- Elaboração de uma estratégia para o envolvimento futuro do estado no sector bancário; data limite: final de Março 2021 – não cumprido, estando dependente do plano de reestruturação de do Banco Económico, que segundo o vice-governador do BNA, será concluída e publicitada antes de Setembro deste ano;
- Aprovação da nova Lei das Instituições Financeiras; data limite: final de Março de 2021 – não cumprido, tendo sido concluída com atraso e feita a sua publicação oficial em Maio de 2021;
- Reestruturação e recapitalização do sector bancário; data limite: final de Março 2021 – não cumprido, estando dependente da implementação da reestruturação do Banco Económico; nova data-limite: final de Setembro de 2021;
- Reforço da *governance* da Recredit; data limite: final de Agosto de 2020 – não cumprido tendo sido concluído com atraso devido à nomeação de um administrador independente em Janeiro de 2021;

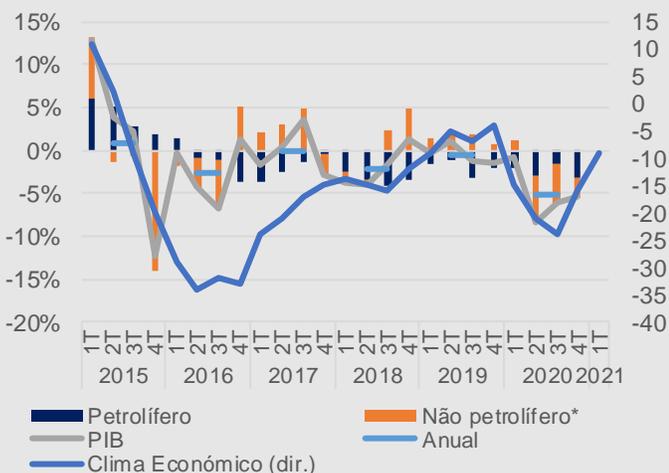
- Submeter alteração à Lei das Empresas Públicas; foi implementada em Agosto de 2020, no entanto sem elementos sobre as funções das auditorias internas e externas; foi substituída pela meta de apresentação de alterações à Lei das Empresas Públicas, cuja data limite era, à altura da avaliação, o final de Junho deste ano;
- Submeter nova Lei do BNA ao conselho de ministros; data limite: final de Setembro de 2020 – não cumprido, tendo sido submetido com atraso em Dezembro de 2020;
- Submeter nova Lei do BNA à Assembleia Nacional; data limite: final de Janeiro de 2021 – cumprido, foi submetida nesse mesmo mês;

O Fundo adicionou mais 2 novos objetivos estruturais: aprovação via decreto presidencial do roteiro para a reforma das empresas estatais (até final de Setembro de 2021) e adopção da Lei do BNA revista, com um mandato preciso para se concentrar na estabilidade dos preços, limitar o financiamento do governo, aumentar a autonomia operacional, fortalecer a supervisão e melhorar o *governance* (final de Novembro de 2021).

2| Em relação à evolução económica do país, o Fundo ajustou em baixa ligeira as expectativas sobre 2021, prevendo um decréscimo de 0,1% no PIB, arrastado pela quebra de 7,0% do PIB petrolífero, com a actividade não-petrolífera a crescer 2,3%.

Sentimento dá nota de possível quebra ligeira no 1T, com melhoria da economia não-petrolífera

Percentagem; contribuição para crescimento; índice

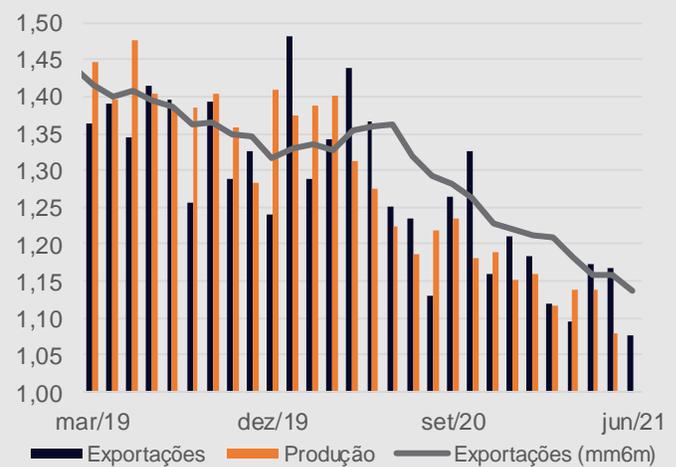


* Proxy: PIB subtraído do PIB petrolífero

Fonte: INE

Descida no volume de produção petrolífera leva economia petrolífera a diminuir apesar do preço

Milhões de barris diários



Fontes: MinFin e OPEP

A previsão sobre a economia petrolífera deriva do contínuo decréscimo no volume de produção de crude, que o Governo espera agora fixar-se em torno dos 1,19 milhões de barris diários (mbd) - face à previsão inicial de 1,22 mbd. Os dados já existentes confirmam a tendência de diminuição, sendo que as exportações caíram de maneira muito significativa no 1T 2021: -18,2% yoy. Nos primeiros 5 meses, a diminuição foi de 17,5%, e os dados dos carregamentos previstos até Agosto apontam para uma descida de 12,3%; a nossa perspectiva é de uma variação negativa abaixo dos 10% para a totalidade do ano, o que é consistente com uma diminuição do PIB petrolífero apenas ligeiramente mais pessimista do que o FMI. Em termos intra-aneais, será de esperar uma queda superior a 15% no 1T, em torno dos 10% no 2T, e diminuições inferiores a 5% no 3º e 4º trimestres. **Porém, apesar da diminuição no PIB petrolífero – que deriva apenas e só das variações de volumes -, a economia petrolífera deverá influenciar positivamente a restante actividade económica, devido aos preços mais elevados, que permitirão maiores receitas.** Por um lado, as receitas de exportação serão significativamente superiores a 2020, o que se reflecte em maior disponibilidade de divisas: até Maio, as receitas de exportação subiram 3,5% yoy, medidas em Dólares, mas a subida será

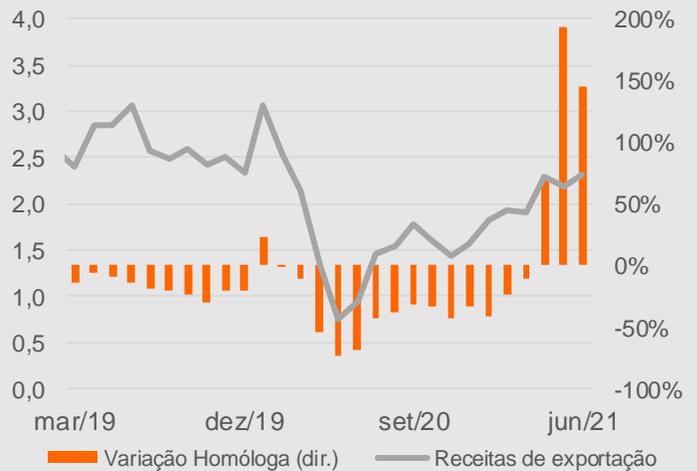
particularmente relevante no 2º semestre, possivelmente superior a 40%; na totalidade do ano, esperamos um aumento superior a 35%, muito suportado pelos actuais preços do petróleo nos mercados internacionais, o que poderá mesmo causar alguma apreciação do Kwanza. Além disso, também a disponibilidade do Estado para investimentos será maior: até Maio, as receitas fiscais petrolíferas estavam a cair 9,2% yoy, mas na totalidade do ano deverão crescer acima de 60% em Kwanzas, ou seja, perto de 40% em termos reais. No mesmo sentido, a nossa expectativa é de um aumento a rondar os 40% nos gastos do Estado em Bens e Serviços, Transferências Correntes, e Investimento, o que redundará num aumento real (descontando a inflação) perto dos 15-20%.

Nesse sentido, o PIB não-petrolífero poderá observar uma aceleração de crescimento mais robusta do que a prevista pelo FMI. O Fundo aponta para uma recuperação “gradual”, prejudicado por condições adversas (seca, seguida de chuvas fortes) em regiões agrícolas e pelos condicionalismos das medidas de restrição relacionadas com a pandemia.

Sobre o 1º factor, os dados não corroboram completamente esta explicação; embora seja difícil obter dados sobre a produção agrícola em 2021, notem-se os seguintes factos: apesar do aumento real das importações até Maio (+37,0% yoy em termos nominais, +12,3% em termos reais, segundo dados do BNA e cálculos nossos), as importações de alimentos estão em queda (+7,0% yoy em termos nominais, -17,7% em termos reais); por outro lado, segundo dados da AGT, as exportações de bens ao abrigo do PRODESI (compostas na maioria por bens agrícolas) aumentaram 27,6% yoy até Junho, medidas em Dólares, ainda que representem apenas um montante diminuto (USD 31,7 milhões no 1º semestre deste ano); as exportações de bens fora do sector petrolífero e diamantífero terão aumentado cerca de 20,0% em termos reais, medidas em Kwanzas, segundo dados do BNA e cálculos

Receitas de exportação petrolífera estão a crescer de maneira muito significativa desde Abril

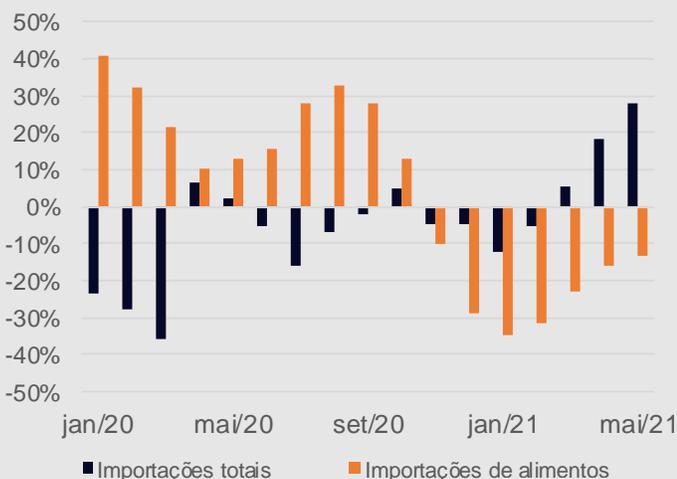
Mil Milhões de Dólares; percentagem



Fontes: MinFin

Apesar do crescimento das importações totais, as importações de alimentos continuam em queda

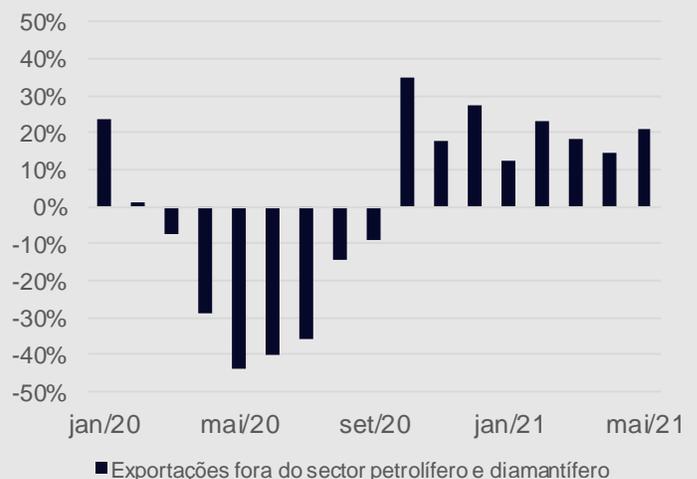
Variação homóloga real da média móvel de 3 meses



Fontes: BNA

Por outro lado, as exportações de bens alimentares e outros aumentam desde Outubro

Variação homóloga real da média móvel de 3 meses

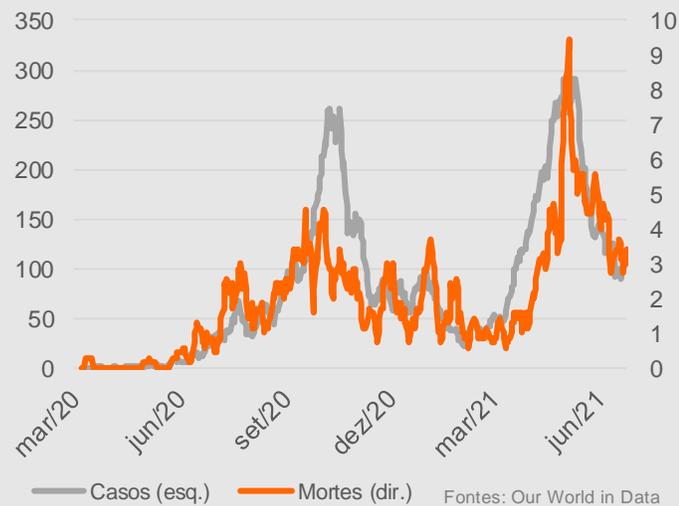


Fontes: BNA

do BFA, o que aponta para a mesma tendência. Por exemplo, as exportações de banana triplicaram neste período, para um montante de USD 2,2 milhões.

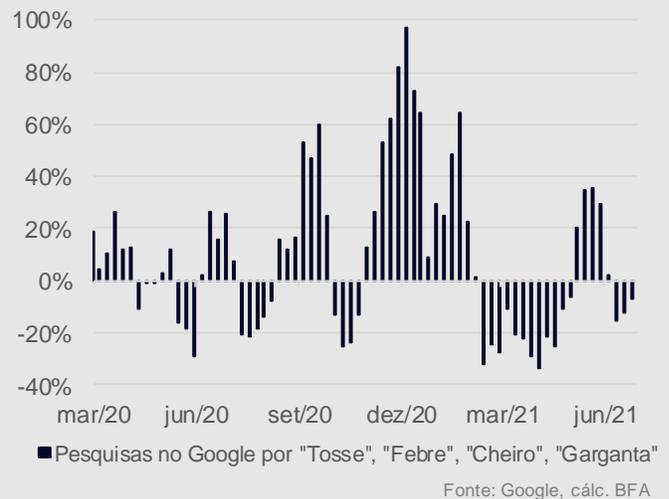
Mortes e casos tiveram pico recente em Maio, mas estão de novo em queda

Média móvel de 7 dias



Pesquisas indicam preocupação nos meses do final do ano, além dos picos de Covid identificados

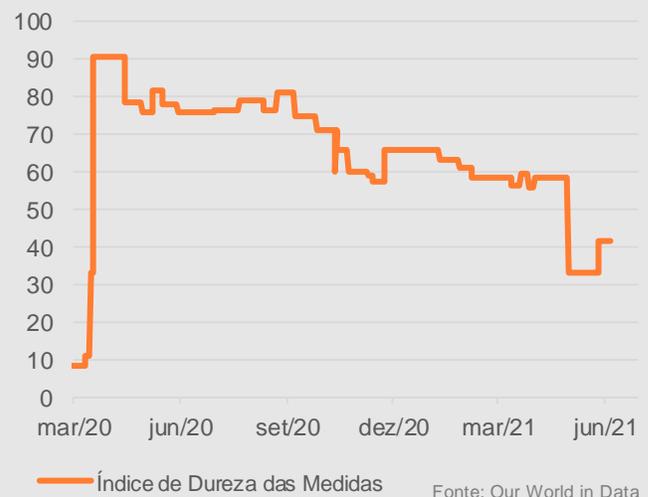
Variação face à média do período de 2018-19



No que toca ao impacto da pandemia, a situação é relativamente mais complexa, embora não se verifique, neste momento, um agravamento significativo das perspectivas. Por um lado, as estatísticas oficiais apontam para a existência de um pico de mortes e casos em Maio deste ano, embora muitíssimo longe de outros países da região. O perfil demográfico muito jovem de Angola, conjugado com a pouca conexão com outros países africanos poderá dar alguma explicação para estes números. Ainda assim, é de considerar a possibilidade de que estes dados possam não reflectir a totalidade do impacto da pandemia. Utilizando a intensidade das pesquisas no Google de algumas palavras relacionadas com casos de Covid-19 ("tosse", "febre", "cheiro", "garganta"), notam-se 2 picos a meio de Dezembro e no final de Janeiro, em que houve o dobro das pesquisas por estes termos, o que aponta para um impacto mais gravoso. Ao mesmo tempo, o principal impacto económico acontece pelas necessárias restrições impostas. Nesse âmbito, segundo o Índice de Dureza das medidas de restrição calculado pela Universidade de Oxford, as medidas aplicadas neste momento são já menos gravosas do que as restrições no período homólogo; de facto, entre 10 de Maio e 4 de Junho, o índice registou o valor mais baixo desde Março de 2020, em 33.3 pontos, tendo aumentado para 41.7 pontos a 5 de Junho. **Além disso, apesar dos números apontarem para uma baixa taxa de vacinação (2,9% da população com 1 dose, 1,8% totalmente vacinados), é de notar que a população acima dos 65 anos soma apenas 2,2% da população angolana.** Nesse sentido, não havendo dados sobre a distribuição etária da vacinação, é possível que esta esteja já a ter alguns efeitos na protecção dos mais vulneráveis.

Medidas estão agora menos gravosas do que em 2020, por exemplo, no que toca a viagens

Variação face à média do período de 2018-19

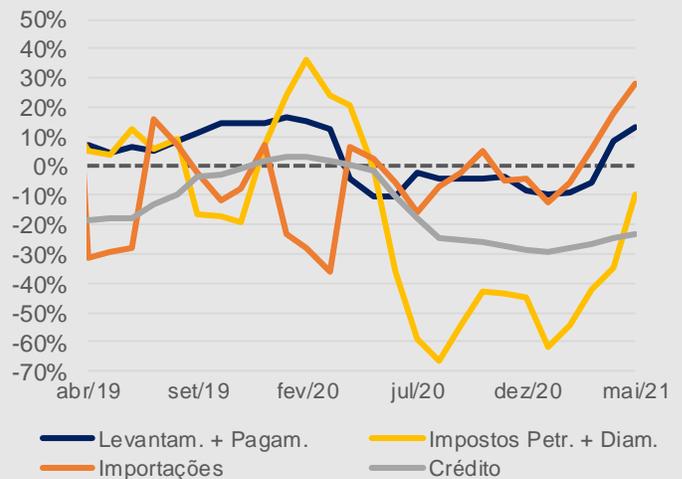


De facto, há já dois indicadores que poderão ilustrar uma recuperação da actividade económica não-petrolífera. Os dados da EMIS apontam para um crescimento homólogo real dos montantes mensais na soma de Levantamentos & Pagamentos, a partir do mês de Março; na média móvel de 3 meses, o crescimento real em Maio foi de 12,9% (o último mês com crescimento homólogo real desta série tinha sido Março de 2020). Por outro lado, as importações (que costumam crescer/decrescer de maneira coincidente com a procura) estão a aumentar em termos homólogos reais desde Fevereiro; na média móvel de 3 meses, o crescimento real em Maio foi de 28,0%.

Na nossa perspectiva, o crescimento na economia não-petrolífera poderá assim já ter começado no 2T 2021, podendo tornar-se mais robusto no 2º semestre, com a estabilidade ou apreciação do Kwanza e aumento de gastos do Estado.

Importações, levantamentos e pagamentos apontam crescimento; crédito decresce

Variação homóloga real da média móvel de 3 meses

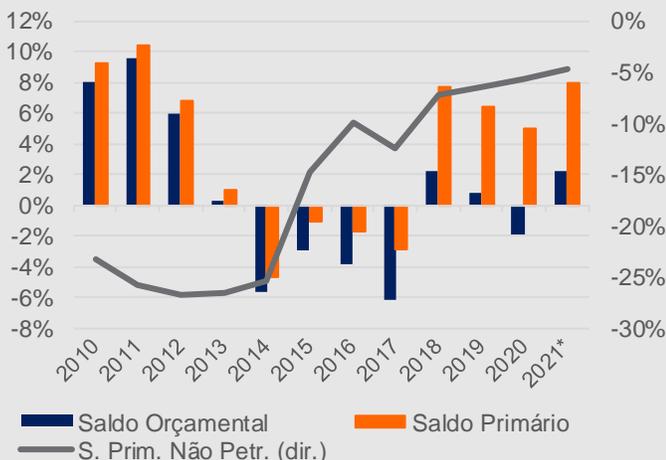


Fonte: Emis, BNA, MinFin

3| Em termos orçamentais, o FMI volta a tecer elogios, descrevendo a consolidação orçamental (muito apoiada pelos impostos não-petrolíferos) que permitiu assegurar um défice relativamente modesto (1,9% do PIB) e um novo mínimo no défice primário não petrolífero, que estima em 5,5% do PIB. De facto, segundo os nossos cálculos, os impostos não-petrolíferos representaram 8,8% do PIB em 2020, um máximo desde pelo menos 2010, representando 42,4% das receitas orçamentais, também um máximo da última década. Em particular, a implementação do IVA está a decorrer de maneira bastante favorável ao fisco. O Fundo reporta igualmente que o mesmo terá ocorrido no 1º trimestre deste ano. Assim, a expectativa do FMI é de um défice primário não petrolífero de 4,8% do PIB.

Consolidação orçamental continua a bom ritmo, com bastante resiliência

Percentagem do PIB

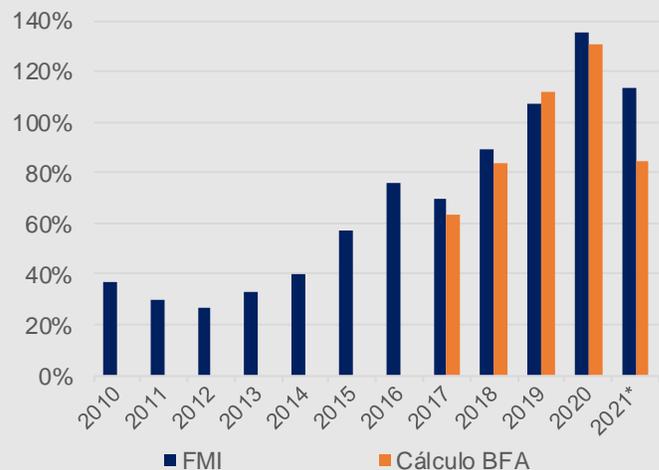


* Previsão FMI

Fonte: MinFin, FMI

Dívida pública tem todas as condições para descer este ano

Percentagem do PIB



* Previsões

Fontes: FMI, Cálculo BFA

A despesa primária subiu para 15,9% do PIB (face a 14,8% em 2019), com alguma poupança em juros a permitir este facto, mas o Fundo espera que esta retome os valores de 2019. A

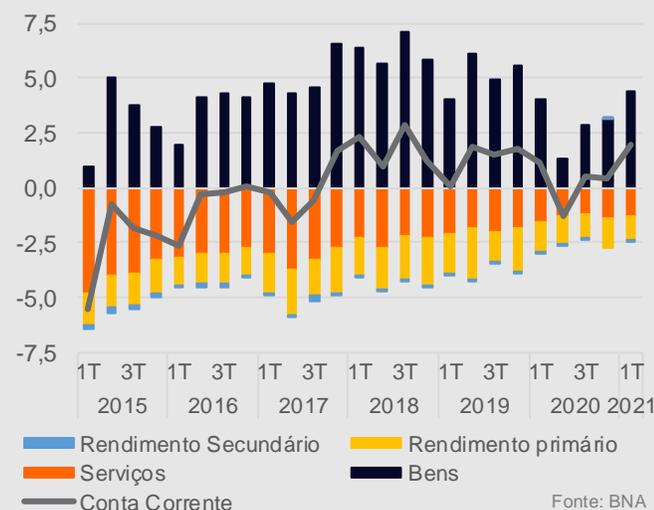
nossa expectativa é até relativamente mais optimista, suportada pela perspectiva mais positiva sobre os valores do PIB. No que toca ao saldo global, estamos alinhados com o FMI, esperando igualmente um superávit ligeiramente superior a 2% do PIB; há que ressaltar que esta expectativa está assente na premissa de que o Brent permanece num valor médio em torno dos USD 70 durante o resto do ano (negoceia hoje perto dos USD 75).

Sobre a dívida pública, o FMI aponta para o valor de 135,1% do PIB no final de 2020, esperando que esta desça para 113,3% no final deste ano. Não sendo possível replicar completamente os cálculos do Fundo, os valores consultados pelo BFA apontam para uma dívida pública a rondar os USD 68,0MM no final do ano passado (130,6% do PIB), bastante abaixo dos USD 79,3MM em Dezembro de 2017. Na nossa perspectiva, é bastante realista esperar uma descida muito significativa da dívida em percentagem do PIB, para um valor abaixo dos 100%; note-se que, não havendo qualquer depreciação até ao final do ano (o que se afigura como provável para o BFA), o PIB angolano deverá voltar para os USD 70-72MM – ao mesmo tempo, a dívida terá já registado uma descida no 1º trimestre, para USD 67,6MM, segundo os nossos cálculos.

4|No que toca ao equilíbrio externo, a perspectiva do Fundo aponta para um superávit da balança corrente em torno dos 5,2% do PIB, havendo também um ligeiro aumento das reservas líquidas, em cerca de USD 0,5MM. Na nossa perspectiva, o superávit será relativamente maior, possivelmente próximo dos 9% do PIB, sobretudo devido a uma perspectiva de crescimento mais moderado nas importações de serviços (muito prejudicadas enquanto as viagens internacionais permanecerem dificultadas), mas também considerando uma continuação da tendência para repatriamento de lucros em montantes muito menores do que em 2019. Ainda assim, torna-se difícil prever se o acumular de reservas poderá ser maior do que o previsto pelo FMI, já que a balança financeira permanece pouco inteligível, sendo pouco prudente fazer previsões. Contudo, é pouco expectável que as reservas terminem o ano em descida. **Note-se que, à primeira leitura, Angola teria falhado a meta para as Reservas Internacionais Líquidas em Junho, já que o montante se situou em USD 8,3MM e a meta era de USD 8,8MM; porém, a referida meta é ajustada em baixa, tal como previsto desde já pelo FMI, devido ao facto de que o empréstimo do Banco Mundial de USD 0,7MM (aprovado em Março deste ano) não foi ainda desembolsado até Junho, como era previsto – terá havido um novo passo para o desbloquear deste processo esta semana.** Ou seja, com este montante, com a venda de petróleo a preços mais elevados, com as importações ainda em montantes bastante baixos, a tendência será de maior resiliência e crescimento das reservas durante

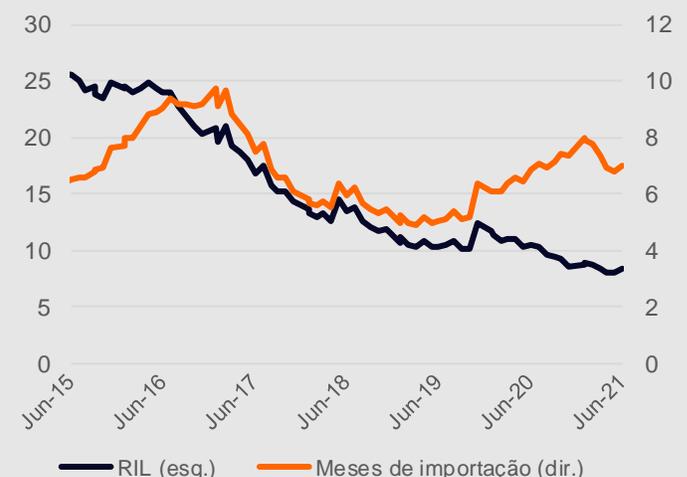
Balança corrente deverá continuar a registar superávites significativos durante o ano

USD Mil Milhões



Reservas Internacionais Líquidas estão finalmentes a estagnar de novo, devendo subir até final do ano

USD Mil Milhões; meses



a segunda metade do ano. **Na verdade, a Balança de Pagamentos terá registado um pequeno superáвите no 1º semestre, em cerca de USD 0,27MM, o valor de crescimento das Reservas Internacionais Brutas.**

Olhando de modo específico para o mercado cambial, o FMI realça o fato de que a liberalização e flexibilidade da taxa de câmbio facilitou os ajustamentos aos choques do ano passado. É referido que o Kwanza deverá continuar a ser determinado pelo mercado e que o Banco Central deverá usar apenas os instrumentos em moeda nacional para as operações da política monetária. As autoridades e a instituição concordaram que a intervenção do BNA deverá ocorrer apenas em casos de excesso de volatilidade. De facto, as intervenções do BNA no mercado cambial têm sido bastante limitadas em 2021, não havendo qualquer venda de divisas por parte do BNA ao mercado já desde Abril.

5| O Fundo realça que o sector bancário tem sido resiliente, mas que o monitoramento contínuo será fundamental para evitar a deterioração da qualidade dos activos resultante da pandemia. A taxa de crédito malparado continuou a sua tendência de decréscimo, tendo fechado o ano em 18,4%; no entanto, mantém-se a um nível elevado, segundo o FMI. A implementação da nova Lei das Instituições Financeiras permitirá, segundo o Fundo, o estabelecimento de um quadro de supervisão mais robusto. Para que isso possa ser feito, o BNA solicitou assistência técnica para que a própria instituição consiga estar em linha com as melhores práticas internacionais e a assegurar o funcionamento adequado das funções de supervisão, resolução e autoridade macroprudencial. No que toca à nova Lei do BNA, o FMI antevê que seja aprovada em finais de Novembro de 2021, após algumas alterações à Constituição, que deverão fortalecer ainda mais a independência do Banco Central. A instituição refere igualmente que a reestruturação do Banco Económico que continua em desenvolvimento irá permitir a conclusão de duas metas estruturais. No que toca ao BCI, o Fundo espera que o processo de privatização seja concluído em Setembro; neste momento o processo conta com 6 candidaturas com propostas efectivas, nacionais e internacionais. Do lado do crédito malparado transferido do BPC para a Recredit, o FMI espera que o processo de recuperação de crédito acelere.

Depois de enorme ajustamento desde 2018, e nova depreciação com a pandemia, câmbio estabilizou



Fonte: BNA, Kinguila Hoje, AngolaForex, Rokesanteiro

Crédito malparado ajustou em 2020 com venda de crédito para fora do sistema bancário

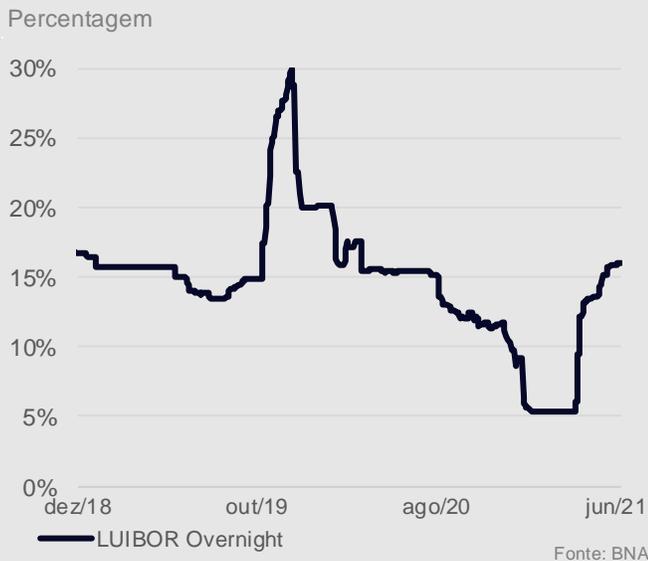


Fonte: BNA,

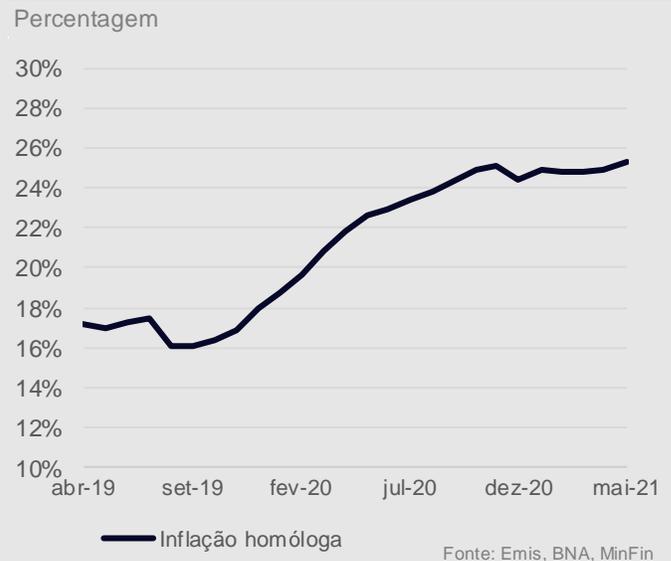
6|Em relação à política monetária, o Fundo realça os esforços feitos pelo Banco Central no auxílio à economia durante o choque de 2020; entre estes esforços, o BNA operou dando liquidez às empresas por via da compra de dívida pública. De momento, o FMI salienta que o BNA virou a sua atenção para o controle da inflação de modo a que possam conter o aumento dos preços, que se tem

mostrado bastante persistente, como se vê pela inflação homóloga em Junho, de 25,3% (valor mais alto desde Outubro 2017). Nesse sentido, a instituição encorajou o BNA a aumentar a taxa de referência (de modo a sinalizar o aperto de política, na verdade conduzido através das operações de mercado aberto) e a abandonar a taxa de custódia, tendo salientado que a mesma reduz a taxa *Luibor Overnight*, e que os instrumentos de absorção de liquidez seriam um melhor meio de reduzir o excesso de liquidez do

Liquidez abundou no final de 2020, levando a LUIBOR a mínimos de vários anos



Inflação voltou a acelerar a partir do início da pandemia, mantendo-se em valores elevados



mercado.

O BNA parece ter tido em conta as recomendações do Fundo - no Comité de Política Monetária realizado no dia 2 de Julho, 1 mês antes do inicialmente previsto, o Banco Central aumentou a taxa BNA em 4.5 pontos percentuais (pp) para 20%, a taxa de juro a Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 5,12pp para 25% e a taxa de juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez de 7 dias em 3pp para 15%. Com estas medidas, o Banco Central pretende incentivar a poupança por parte dos agentes económicos e tem por objectivo inverter a trajectória da inflação, para que possa atingir o objectivo de 19,5% para final de 2021. Para que isso possa ser possível, estimamos que a inflação média mensal entre Julho e Dezembro terá de rondar 1,08%, ou seja 0.84pp abaixo da média do primeiro semestre, o que justifica a forte subida nas taxas. Na verdade, esperamos que as medidas tenham um impacto menos acentuado do que o necessário, ficando a inflação no final do ano seguramente acima dos 20%, possivelmente em torno dos 23-24%. Ainda assim, não é de desconsiderar o impacto da política monetária na actividade económica, já que o controlo da inflação só será atingido com alguma efectiva restrição de liquidez.

O Fundo reconhece igualmente os esforços feitos para melhorar a estrutura de Governance do BNA nomeadamente com a entrada em Dezembro passado na Assembleia Nacional da nova Lei do BNA. Esta lei foi elaborada com base nas recomendações do FMI e é um dos objectivos principais do programa de reforma do governo. É previsto que seja aprovada em finais de Novembro de 2021 (novo objectivo estrutural). No seu memorando de políticas económicas e financeiras, as autoridades angolanas realçam o seu comprometimento em salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro, estando prontas para criar legislação que possa melhorar o quadro regulamentar do BNA como credor de última instância. Entre as medidas mais recentes, o BNA fez passar recentemente o Aviso 9, que visa regular a actividade de auditoria externa nas instituições financeiras, e o Aviso 8, que regula alguns requisitos que as instituições financeiras devem cumprir em relação à governança e limites aos grandes riscos, requisitos de liquidez, requisitos de reporte e requisitos de fundos próprios.

7| O FMI levantou também alguns outros temas de reformas estruturais neste relatório, como o combate a corrupção, melhoria de *governance* e do clima de negócios. Em particular, a instituição saudou vários esforços de Angola no combate à corrupção, como a adesão do Governo à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas no início de Junho, e a intenção de alinhar práticas com a Lei de Práticas de Corrupção no Exterior dos EUA e Lei de Suborno do Reino Unido. Adicionalmente, o FMI refere que as autoridades estão a coordenar com as Nações Unidas uma estratégia de combate à corrupção que poderá incluir a abertura duma delegação em Luanda da agência da ONU para combater a corrupção, tráfico de drogas, crimes e terrorismo. O FMI refere ainda o empenho das autoridades na implementação da nova Lei de AML/CFT, dando apoio a investigações de corrupção e lavagem de dinheiro, o que deverá beneficiar o país na próxima avaliação AML/CFT de Angola que está programada para meados de 2022.

No caso da transparência nas finanças públicas, o Fundo refere o cumprimento de uma das metas estruturais relativa à quota de contratos públicos a serem alocados via concurso público (54% vs meta de 45%). Adicionalmente, a instituição menciona que as autoridades irão expandir o uso da plataforma electrónica dos leilões e comprometeram-se à publicação do plano anual de compras. Outra medida importante mencionada no documento relativa à transparência é a publicação detalhada dos gastos feitos no âmbito do combate à pandemia. No relatório de execução orçamental do 1º trimestre 2021, o Governo desembolsou pouco mais de AOA 36MM, tendo boa parte deste montante sido alocado a material de consumo corrente especializado.

C. CONCLUSÃO

1| O FMI permanece satisfeito com o grau de cumprimento das medidas por parte das autoridades, apesar de atrasos no cumprimento das metas estruturais. O actual ponto do Programa e o alinhamento de perspectiva entre as autoridades e a Instituição tornam mais que certo uma nova aprovação no final do ano, e não será surpreendente a manutenção de algum quadro mais formal de acompanhamento do Fundo após o final do Programa, além de várias missões de Assistência Técnica em vários âmbitos iniciadas ao longo do Programa.

2| As perspectivas para a economia angolana continuam a ser condicionadas pela diminuição da produção petrolífera, tal como pelas restrições impostas pela pandemia, e algum impacto de adversidades climatéricas. Porém, parece-nos que o Fundo poderá estar a ser demasiado pessimista na avaliação da economia não-petrolífera: em particular, as indicações que temos sobre a produção alimentar são positivas, e os efeitos da subida no preço do petróleo serão mais impactantes no 2º semestre; além disso, existem já alguns indicadores de crescimento homólogo.

3| A consolidação orçamental continua a ser o aspecto em que as autoridades conseguem melhores resultados, devendo atingir este ano um défice primário não petrolífero de apenas 4,8% do PIB, segundo o FMI. Mais ainda, o Fundo prevê que o rácio da dívida sobre o PIB desça pela primeira vez este ano, sendo que a nossa perspectiva é de uma descida mais significativa, tendo em conta a provável estabilização, e possível apreciação do Kwanza.

4| O equilíbrio externo está, por agora, assegurado para 2021, devendo mesmo registar-se algum crescimento das Reservas na 2ª metade do ano. A balança corrente terá um superávit significativo, previsto pelo Fundo em 5,2% do PIB, mas que o BFA espera ser maior, porventura perto dos 9%.

5| A situação da banca está a dar mostras de resiliência, estando em curso a reestruturação do BPC, e havendo finalmente uma perspectiva concreta no curto-prazo para o início da reestruturação do Banco Económico, devendo ser conhecido e aplicado um plano antes de

Setembro. A existência de vários processos de privatização num futuro próximo deverá abrir portas à possibilidade de movimentos de consolidação.

6| É interessante o destaque dado pelo Fundo a várias medidas de combate à corrupção por parte do Governo, sendo claro que o FMI pretende certificar como bem-intencionados os esforços recentes das autoridades angolanas. Ainda assim, permanece em dúvida se haverá uma avaliação positiva no próximo ano no que toca às práticas de AML/CFT.

7| Uma nota para a parca discussão e avaliação de alguns temas muitíssimo importantes por parte do Fundo: Programa de Privatizações, atracção de novos investimentos; Programa Kwenda e outros gastos sociais; desenvolvimento do sector agrícola. Sendo certo que todos estes temas estão a ser tratados em cooperação com o Banco Mundial, o facto é que a informação sobre os mesmos é muito mais escassa, pelo que seria positivo um maior destaque aos mesmos.

Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BFA nos mercados referidos. O BFA, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BFA e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte. Os números são expressos utilizando o ponto como separador de milhares e a vírgula como separador decimal e utilizando a designação de “milhar de milhão” para 10^9 .